



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 - UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

**NÍVEL E
PRODUTOR CULTURAL**

22 de maio de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Chico Buarque e a era da grosseria online

Os xingamentos ao cantor mostram que há uma migração para o mundo físico de um comportamento péssimo das redes sociais

01 Você deve ter visto o vídeo do cantor Chico Buarque sendo xingado por um grupo de
02 jovens aparentemente alcoolizados. Um bate-boca típico de bar. O fato ocorreu na última
03 segunda-feira (21), na saída de um restaurante no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. O vídeo
04 publicado no *Glamurama* mostra o grupo de jovens em volta do cantor questionando o fato de ele
05 defender publicamente o Partido dos Trabalhadores. [...]

06 Não houve agressão física. Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que
07 marcou o ano de 2015 no Brasil. Em agosto, falamos em reportagem da ÉPOCA sobre o
08 fenômeno que chamamos de "A era da grosseria online". Em algum momento, passamos a achar
09 razoável tratar quem pensa diferente com xingamentos e pontapés virtuais. Em algum momento,
10 passamos a achar bacana pegar o comentário de alguém, colocar numa comunidade com ideias
11 contrárias e participar de sessões de linchamento virtual. Com o aval e o apoio de quem pensa
12 como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos
13 tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar.

14 O problema – e o caso de Chico é só mais um entre tantos, nos diferentes espectros
15 políticos – é que esse comportamento vem gradativamente migrando para o mundo físico.
16 Pessoas estão se sentindo à vontade para abordar quem pensa diferente na rua e disparar
17 agressões físicas e verbais. Não se trata de liberdade de expressão ou de politicamente correto.
18 Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi
19 munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não
20 suporta ser confrontado com uma opinião diferente.

21 [...]

22 Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância.
23 Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto. Compartilhamos textos claramente
24 mentirosos. Compartilhamos matérias de sites de humor, como o *Sensacionalista*, acreditando
25 serem reais. Depois colocamos a culpa no Brasil. "Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei
26 que fosse verdade". Achou mesmo ou de repente cegou-se diante da facilidade em espriar seu
27 ódio e sua insatisfação?

28 É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a
29 informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do
30 celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.

31 [...]

32 Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre
33 para o mundo físico. São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e
34 consequências diferentes. [...]

35 As redes sociais são uma poderosa ferramenta para obter conhecimento, estreitar laços,
36 conhecer gente nova, namorar, se entreter. Mas também se mostraram um habitat perfeito para a
37 ignorância, a intolerância e a truculência. Não é difícil escolher quais dessas características
38 deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.

BRUNO FERRARI 23/12/2015

Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/12/chico-buarque-e-era-da-grosseria-online.html>.

Acessado em 9/02/2016.

1 Em **Chico Buarque e a era da grosseria online**, Bruno Ferrari critica as pessoas que

- (A) agridem celebridades em redes sociais.
- (B) se excedem no consumo de álcool.
- (C) costumam ser agressivas.
- (D) não respeitam a opinião alheia.
- (E) se comportam de maneira antiética.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 2 No segundo parágrafo do texto, o autor optou pelo emprego da primeira pessoa do plural porque
- (A) concorda com a reportagem de Época.
 - (B) compartilha da opinião dos agressores.
 - (C) considera a “grosseria online” muito comum.
 - (D) se considera uma pessoa grosseira.
 - (E) pensa como a maioria dos internautas.
- 3 Em “Com o aval e o apoio de quem pensa como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar” (11 a 13), a palavra *visigodos* foi empregada como sinônimo de
- (A) bárbaros.
 - (B) estrangeiros.
 - (C) desbravadores.
 - (D) invasores.
 - (E) dominadores.
- 4 Do trecho “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não suporta ser confrontado com uma opinião diferente” (18 a 20), depreende-se que os autores dos “monólogos”
- (A) ignoram o fato de que existem *sites* e redes sociais que veiculam mentiras na internet.
 - (B) não costumam se certificar da legitimidade das fontes das informações que veiculam.
 - (C) tendem a divulgar informações falsas, mesmo que tenham consciência do que fazem.
 - (D) não admitem a possibilidade de estarem divulgando informações e fatos falsos.
 - (E) não se sentem responsáveis pela veracidade das informações que divulgam.
- 5 Em “Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância” (22), o autor poderia ter empregado a vírgula antes e depois da palavra *sobretudo* com o objetivo de
- (A) marcar duas pausas que ocorrem na expressão oral.
 - (B) separar duas orações que estão contidas no enunciado.
 - (C) atribuir ênfase ao advérbio que modifica o enunciado.
 - (D) evitar ambiguidade na compreensão do enunciado.
 - (E) deixar claro ao leitor o sentido do enunciado.
- 6 Em “Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei que fosse verdade” (25 a 26), o emprego das aspas se deve
- (A) à ironia que caracteriza o enunciado.
 - (B) ao emprego do discurso direto.
 - (C) ao sentido especial dado ao enunciado.
 - (D) à introdução de uma citação.
 - (E) à ênfase que se quis dar à ideia expressa.
- 7 No segundo enunciado do trecho “É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.” (28 a 30), o autor sugere que
- (A) os usuários de aparelhos de telefonia celular são preguiçosos.
 - (B) os computadores são mais lentos do que os telefones.
 - (C) a interação via telefone celular é mais rápida.
 - (D) é mais difícil navegar usando telefones celulares.
 - (E) a maioria da população não sabe utilizar o celular.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 8 Para ligar os períodos “Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre para o mundo físico.” (32 a 33) e “São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e consequências diferentes.” (33 a 34), mantendo a relação entre as ideias que expressam, o autor poderia empregar a conjunção
- (A) pois.
(B) mas.
(C) e.
(D) senão.
(E) contudo.
- 9 No trecho “Não é difícil escolher quais dessas características deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.” (37 a 38), a expressão *gueto virtual* se refere a
- (A) uma minoria de internautas que divulgam informações de forma irresponsável.
(B) *sítes* que congregam pessoas que compartilham opiniões sobre determinados temas.
(C) espaços virtuais em que se refugiam pessoas que se consideram vítimas de mentiras.
(D) grupos que pregam a intolerância e disseminam ideias preconceituosas na internet.
(E) redes sociais que se propõem a promover a discussão a respeito de assuntos polêmicos.
- 10 O autor **não** empregou linguagem coloquial em
- (A) “Um bate-boca típico de bar” (02).
(B) “Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que marcou o ano de 2015 no Brasil” (06 a 07).
(C) “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo” (18).
(D) “Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto” (23).
(E) “Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro” (30).

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá de
- (A) ascensão e transferência.
(B) exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo acumulável e falecimento.
(C) transferência, ascensão e redistribuição.
(D) remoção, redistribuição, ascensão e transferência.
(E) somente aposentadoria, falecimento e demissão.
- 12 Contemplam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular
- (A) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(B) superiores a 5 (cinco) e, no máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(C) superiores a 10 (dez) e, no máximo, de 15 (quinze) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(D) superiores a 15 (quinze) e, no máximo, de 20 (vinte) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(E) superiores a 20 (vinte) e, no máximo, de 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 13 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, observados os preceitos indicados no item:
- (A) somente a manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidades.
 - (B) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
 - (C) somente a equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
 - (D) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (E) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, conforme está previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Entende-se por modalidades de remoção
- (A) somente de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
 - (C) somente a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (D) somente a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (E) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 15 Conceder-se-á ao servidor licença, conforme determinam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, nas seguintes situações:
- (A) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política e para capacitação, exclusivamente.
 - (B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares, unicamente.
 - (C) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
 - (D) para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, somente.
 - (E) prêmio por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, unicamente.
- 16 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações. São penalidades disciplinares:
- (A) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (B) advertência; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (C) suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (D) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exclusivamente.
 - (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- 17 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, conforme contempla o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que cria o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações. À Comissão de Ética incumbe
- (A) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão de diárias e passagens para tratar de quaisquer assuntos do órgão em que serve.
 - (B) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
 - (C) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, impossibilitando assumir cargos ou funções de confiança.
 - (D) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, proibido de receber promoção e posse em outro cargo inacumulável, quando for o caso.
 - (E) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão da aposentadoria.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 18 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante
- (A) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - a análise dos processos e condições de trabalho, somente.
 - (B) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (C) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (D) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; III - a análise dos processos e condições de trabalho e IV - as condições tecnológicas da IFE.
 - (E) I - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
- 19 Institui o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- (A) I - plano semestral de capacitação; II - relatório de execução do plano semestral de capacitação e III - sistema de gestão financeira.
 - (B) I - plano bimestral de capacitação; II - relatório de execução do plano bimestral de capacitação e III - sistema de gestão de informação.
 - (C) I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação e III - sistema de gestão por competência.
 - (D) I - plano trimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (E) I - plano quadrimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano quadrimestral de capacitação.
- 20 Estabelece o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem o objetivo de formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações. O Comitê Gestor terá a seguinte composição:
- (A) I - um representante do Ministério da Educação, que o coordenará; II - um representante da Presidência do Senado Federal e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Educação.
 - (B) I - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará; II - um representante da Câmara e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.
 - (C) I - um representante do Ministério da Cultura, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil do Governo do Estado e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Cultura.
 - (D) I - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o coordenará; II - um representante do Ministério da Educação e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
 - (E) I - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil da Presidência da República e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Pode-se afirmar, a respeito da mediação cultural, que
- (A) é um processo de conversão dos tecidos culturais eruditos em tecidos culturais mais acessíveis às camadas médias da população.
 - (B) objetiva promover a aproximação entre indivíduos e comunidades, facilitando a apreensão sensível ou intelectual dos bens culturais.
 - (C) conforma uma prática de padronização midiática da cultura.
 - (D) equivale à mediana matemática utilizada no cálculo do impacto da economia da cultura sobre o Produto Interno Bruto (PIB) nacional.
 - (E) constitui um processo de transmissão midiática de eventos culturais, tornando-os acessíveis a um número maior de pessoas.
- 22 Define-se a midiatização como
- (A) a transmissão midiática regular e continuada de uma determinada programação televisiva ou radiofônica.
 - (B) uma estratégia de audiência centrada da massificação publicitária de mensagens de consumo.
 - (C) uma estratégia de audiência centrada da massificação da informação jornalística.
 - (D) um processo por meio do qual a sociedade passa a organizar suas práticas políticas e afetivas conforme as expectativas da mídia.
 - (E) uma estratégia de produção cultural e comunicativa centrada na maximização da exposição pública de uma pessoa, instituição, um bem ou serviço.
- 23 A noção de *melting pot*, usada nas políticas culturais norte-americanas e universalizada como sinônimo de políticas de integração das populações imigrantes ao padrão cultural local, designa uma perspectiva cultural caracterizada, ao mesmo tempo, pelos seguintes elementos:
- (A) multiculturalismo, assimilacionismo e pluralismo cultural.
 - (B) multiculturalismo, pós-colonialismo e padronização cultural.
 - (C) padronização cultural, assimilacionismo e unitarismo cultural.
 - (D) multiculturalismo, minorias culturais e assimilacionismo.
 - (E) assimilacionismo, pós-colonialismo e unitarismo cultural.
- 24 A Lei nº 3.857/60 estabeleceu alguns requisitos para o exercício da profissão de músico, entre os quais se destaca a necessidade de inscrição perante um organismo da administração federal indireta, que se denomina
- (A) Conselho Nacional de Músicos e Concertistas.
 - (B) Fundação Nacional de Artes (Funarte).
 - (C) Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).
 - (D) Associação Brasileira de Autores, Compositores, Intérpretes e Músicos (Abrac).
 - (E) Ordem dos Músicos do Brasil.
- 25 De acordo com Maffesoli (2002), a pós-modernidade se caracteriza por uma atenção maior para com o presente e por um desejo de viver intensamente o momento atual. Essa característica da cultura contemporânea associa-se às seguintes características, **exceto**
- (A) valorização do emocional, do sensível e do afetual e conseqüente redução da importância antes atribuída à razão.
 - (B) ceticismo diante de toda narrativa “totalizante” e atração pela narrativa fragmentada.
 - (C) substituição das polarizações subjetivistas da experiência identitária e reencontro das identidades transcendentais.
 - (D) crítica do existencialismo sartreano e à sua proposição de que o homem é, antes de tudo, um projeto.
 - (E) valorização do localismo e da experiência social imanente, por oposição às noções de nacionalidade e de nacionalismo.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 26 A diferença entre serviço de comunicação pública e serviço de comunicação estatal pode ser descrita da seguinte maneira:
- (A) Enquanto o serviço de comunicação pública resulta de concessão outorgada pelo poder público a organização ou entidade da sociedade civil, o serviço de comunicação estatal constitui um sistema de comunicação operado diretamente pelo Estado, sem necessidade de outorga de concessão.
 - (B) Enquanto o serviço de comunicação pública resulta de concessão outorgada pelo Ministério das Comunicações e aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Congresso Nacional, o serviço de comunicação estatal constitui outorga direta do poder executivo federal.
 - (C) Enquanto o serviço de comunicação pública resulta de concessão outorgada pelo poder público a pessoa jurídica com fins lucrativos, o serviço de comunicação estatal constitui concessão outorgada pelo poder público a pessoa jurídica sem fins lucrativos.
 - (D) Enquanto o serviço de comunicação pública resulta de concessão outorgada pelo poder público a pessoa jurídica com ou sem finalidade lucrativa, o serviço de comunicação estatal constitui concessão outorgada pelo poder público a entidade componente do poder executivo, legislativo e/ou judiciário no âmbito federal.
 - (E) Enquanto o serviço de comunicação pública resulta de concessão outorgada pelo poder público a organização ou entidade da sociedade civil, o serviço de comunicação estatal resulta de concessão outorgada pelo poder público a órgão do poder executivo, legislativo e/ou judiciário, em todos os níveis da organização do Estado.
- 27 A noção de “posicionamento” é utilizada, na produção cultural e na publicidade, em relação à
- (A) posição política dos artistas e agentes culturais em relação à ideologia disseminada pela indústria cultural.
 - (B) maneira como um produto, bem ou serviço se apresenta à perspectiva de uso e/ou consumo de um indivíduo ou mercado.
 - (C) perspectiva da plateia em relação a um artista, estilo ou prática de gosto.
 - (D) marcação de palco e trânsito cênico dos artistas em um espetáculo.
 - (E) enunciados discursivos subliminares presentes numa obra artística.
- 28 As seguintes definições de “*marketing social*” estão corretas, com exceção da seguinte:
- (A) Conjunto de atividades que visam a aumentar a aceitação de uma ideia ou prática social no seio de um determinado segmento social.
 - (B) Modalidade de ação mercadológica institucional que tem por objetivo atenuar ou eliminar problemas sociais e carências da sociedade.
 - (C) Atividade deliberada de viabilização físico-financeira de produtos e serviços que, comercializados ou franqueados, vêm a atender às demandas de fruição e enriquecimento cultural e ético da sociedade.
 - (D) Ação sociocultural que objetiva incorporar incentivos fiscais à cultura, viabilizando projetos de disseminação do conhecimento e de experiências estéticas.
 - (E) Conjunto de estratégias de envolvimento da sociedade em ações colaborativas e participativas visando ao bem comum.
- 29 São documentos fundamentais para obter autorização do poder público para realizar ações e eventos culturais em locais fechados que não possuam alvará para funcionamento:
- (A) cópia do contrato social da empresa promotora do evento; documento especificando local, data e horário do evento, número de ingressos ou convites expedidos, faixa etária à qual se destina o evento; dois jogos de plantas do *layout* do evento, em escala ou cotadas, assinadas pelo responsável técnico.
 - (B) cópia do contrato social da empresa promotora do evento; documento comprovando inspeção do corpo de bombeiros ao local do evento, emitido há, no mínimo, dois anos da realização deste; um jogo de plantas do *layout* do evento, em escala ou cotadas, assinadas pelo responsável técnico,
 - (C) documento especificando local, data e horário do evento, número de ingressos ou convites expedidos, faixa etária à qual se destina o evento; documento comprovando inspeção do corpo de bombeiros ao local do evento, emitido há, no mínimo, dois anos da realização deste; dois jogos de plantas do *layout* do evento, em escala ou cotadas, assinadas pelo responsável técnico.
 - (D) cópia do contrato social da empresa promotora do evento; documento especificando local, data e horário do evento, número de ingressos ou convites expedidos, faixa etária à qual se destina o evento; um jogo de plantas do *layout* do evento, em escala ou cotadas, assinadas pelo responsável técnico.
 - (E) um jogo de plantas do *layout* do evento, em escala ou cotadas, assinadas pelo responsável técnico; documento comprovando inspeção do corpo de bombeiros ao local do evento, emitido há, no mínimo, dois anos da realização deste; cópia do contrato de prestação de serviços de empresa de segurança.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 30 O incentivo fiscal (renúncia fiscal) é um dos mecanismos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991). Trata-se de uma forma de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural por meio da qual o proponente apresenta uma proposta ao Ministério da Cultura (MinC) que, caso seja aprovada, é autorizada a captar recursos junto às pessoas físicas pagadoras de imposto de renda (IR) ou empresas tributadas com base no lucro real para a execução do projeto. O apoio a um determinado projeto pode ser revertido no total ou em parte para o investidor do valor desembolsado, deduzido do imposto devido, dentro dos seguintes percentuais:
- (A) para empresas, até 8% do imposto devido; para pessoas físicas, até 12% do imposto devido.
 - (B) para empresas, até 4% do imposto devido; para pessoas físicas, até 6% do imposto devido.
 - (C) para empresas, até 40% do imposto devido; para pessoas físicas, até 60% do imposto devido.
 - (D) para empresas, até 2% do imposto devido; para pessoas físicas, até 3% do imposto devido.
 - (E) para empresas, até 12% do imposto devido; para pessoas físicas, até 16% do imposto devido.
- 31 A Lei Federal de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet, foi criada em 1991 para incentivar investimentos culturais. Por meio dela foi estabelecido o Pronac – Programa Nacional de Apoio à Cultura –, composto pelos seguintes mecanismos:
- (A) Fundo Nacional de Cultura (FNC), Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e Incentivo Fiscal (Mecenato).
 - (B) Fundo Nacional de Cultura (FNC), Fundo Nacional de Apoio ao Folclore (Funaf) e Fundo de Apoio à Produção Audiovisual (Pró-cinema).
 - (C) Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), Fundo Nacional de Apoio ao Folclore (Funaf) e Incentivo Fiscal (Mecenato).
 - (D) Incentivo Fiscal (Mecenato), Fundo de Apoio à Produção Audiovisual (Pró-cinema) e Fundo Nacional de Cultura (FNC).
 - (E) Fundo Nacional de Apoio às Artes (Funartes), Fundo de Nacional para a Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural e Fundo de Apoio à Produção Audiovisual (Pró-cinema).
- 32 Caracteriza-se o mecenato cultural quando
- (A) o Estado investe recursos públicos ou provenientes de outras fontes na realização de projetos culturais.
 - (B) a decisão sobre o benefício a um projeto cabe à comissão de análise nomeada pelo Estado.
 - (C) os recursos tendem a ser destinados prioritariamente a projetos que valorizem a cultura regional ou que encontrem maiores dificuldades de captação no mercado.
 - (D) os recursos tendem a ser direcionados para empreendedores domiciliados nos grandes centros e que tenham maior acesso às empresas.
 - (E) os recursos são transferidos diretamente ao beneficiário, mediante celebração de convênios e outros instrumentos similares.
- 33 Podem apresentar propostas ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), pessoas físicas com atuação na área cultural (artistas, produtores culturais, técnicos da área cultural, etc.), pessoas jurídicas públicas de natureza cultural da administração indireta (autarquias, fundações culturais etc.) e pessoas jurídicas privadas de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos (empresas, cooperativas, fundações, ONG, organizações culturais, etc.). Porém, há um limite quantitativo de propostas apoiadas no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic). Entre as alternativas a seguir, indique a que apresenta esse limite.
- (A) Proponentes pessoas físicas podem ter até dois projetos e proponentes pessoas jurídicas podem ter até cinco projetos ativos no Salic.
 - (B) Proponentes pessoas físicas podem ter até quatro projetos e proponentes pessoas jurídicas podem ter até oito projetos ativos no Salic.
 - (C) Proponentes pessoas físicas podem ter até cinco projetos e proponentes pessoas jurídicas podem ter até dois projetos ativos no Salic.
 - (D) Proponentes pessoas físicas e pessoas jurídicas podem ter até cinco projetos ativos no Salic.
 - (E) Proponentes pessoas físicas e pessoas jurídicas podem ter até quatro projetos ativos no Salic.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 34 A cultura contemporânea tem sido descrita, por muitos autores, como “pós-moderna”. Embora haja grande discussão em torno desse conceito, há consenso em torno do fato de que a “pós-modernidade” constitui um contraponto à experiência social “moderna”. Um contraponto que se caracterizaria pelos seguintes elementos:
- (A) Arte como processo, intertexto e criação coletiva; ironia quanto à autenticidade; distinção clara entre máquina e corpo, entre o orgânico e o inorgânico.
 - (B) Clareza na caracterização dos gêneros artísticos; distinção clara entre máquina e corpo, entre o orgânico e o inorgânico; ideia de fragmentação, ego descentrado, identidades múltiplas e conflitantes.
 - (C) Hierarquia, ordem, controle centralizado; ironia quanto à autenticidade; clareza na caracterização dos gêneros artísticos.
 - (D) Crença no progresso, na ciência e na tecnologia; crença na unidade cultural, na identidade; clareza na caracterização dos gêneros artísticos.
 - (E) Ideia de fragmentação, ego descentrado, identidades múltiplas e conflitantes; arte como processo, intertexto e criação coletiva; valorização da experiência transitória ou ligeira.
- 35 A globalização é, segundo o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2006), um fenômeno complexo que toma formas variadas, não raro concorrentes entre si. Uma dessas formas, a mais comum, é a do localismo globalizado, por meio da qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso. São exemplos dessa forma de globalização
- (A) a disseminação do *fast food* americano; a etnicização do local de trabalho, por meio da desvalorização do salário pelo fato de os trabalhadores serem de um grupo étnico considerado “inferior” ou “menos exigente”; enclaves de comércio livre, paraísos fiscais e zonas francas.
 - (B) a atividade das multinacionais; a transformação da língua inglesa em língua franca; a adoção mundial das leis de propriedade intelectual ou de telecomunicações dos EUA.
 - (C) as iniciativas de filantropia transnacional Norte-Sul; a organização de redes internacionais de assistência jurídica alternativa; a transformação da língua inglesa em língua franca.
 - (D) a ação das organizações não governamentais (ONG) transnacionais; o surgimento de redes de movimentos e associações ecológicas e de desenvolvimento alternativo; a disseminação do *fast food* americano.
 - (E) as organizações transnacionais de direitos humanos; as redes mundiais de movimentos feministas; os enclaves de comércio livre, paraísos fiscais e zonas francas.
- 36 “Ao lado da poética da acessibilidade há a dimensão política da acessibilidade, estreitamente relacionada ao exercício da cidadania, a qual, para contemplar adequadamente a pluralidade e a diversidade dos modos de ser e de estar no mundo, que caracterizam o conjunto de cidadãos, implica a adoção de uma visão ampliada do conceito de *acessibilidade*.”

(IBRAM, Acessibilidade aos Museus, Brasília, 2012).

De acordo com este texto, acessibilidade significa,

- (A) dar vozes aos diversos atores sociais e permitir que os mesmos participem das construções expográficas promovidas pelas instituições museológicas.
 - (B) promover o acesso irrestrito à diversidade social, cultural e física, aos bens culturais disponibilizados nos espaços museológicos através de suportes físicos funcionais adaptados que permitam a interação entre o cidadão e os bens culturais.
 - (C) ter o acesso gratuito aos bens públicos disponibilizados nos museus.
 - (D) o usufruto irrestrito dos bens culturais da humanidade.
 - (E) aquela que é promovida pelo Estado para os portadores de necessidade especiais.
- 37 Musealização pode ser definida como
- (A) a exposição que permite o acesso do cidadão ao bem público.
 - (B) a estrutura museológica que permite a exposição do artefato museal de maneira irrestrita pelo cidadão.
 - (C) a seleção de um objeto por valorização, por meio da retirada de seu circuito original e sua institucionalização, transformando-o em vetor de comunicação.
 - (D) o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e ao uso da herança cultural e natural.
 - (E) o conjunto de partes que formam um sistema museológico, que constituem uma interdependência expográfica tendo o artefato cultural como elemento gerador.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 38 De acordo com o *International Council of Museums (ICOM)*, “O acervo do museu reflete o patrimônio cultural e natural das comunidades das quais provém. Como tal, poderá ter um valor que vai além da propriedade comum e que pode envolver fortes afinidades com a identidade local, regional, nacional, étnica, religiosa ou política. É, por isso, importante que a política do museu leve em consideração estas responsabilidades.” São responsabilidades do museu
- (A) envolvimento e participação ativa da comunidade; concentração das decisões; forte apelo comunitário e ético; mudanças na legislação; concentração das decisões sobre acervo e reserva técnica.
 - (B) envolvimento e participação ativa da comunidade; forte concentração de decisão por parte da administração do museu; criação de legislação adequada à comunidade; foco no objeto museográfico e a comunidade em segundo plano; diálogo sobre devolução e restituição de bens do patrimônio cultural.
 - (C) envolvimento e participação ativa da comunidade; política de compra amparada pela legislação nacional e internacional; concentração das decisões; forte apelo comunitário e ético; concentração das decisões sobre acervo e reserva técnica.
 - (D) concentração das decisões; diálogo sobre devolução e restituição de bens do patrimônio cultural; criação de legislação adequada à comunidade; busca de patrocínios que respeitem as diretrizes da comunidade.
 - (E) envolvimento e participação ativa da comunidade; promoção e partilha de conhecimento; diálogo sobre devolução e restituição de bens do patrimônio cultural; política de compra amparada pela legislação nacional e internacional; busca de patrocínios que respeitem as diretrizes da comunidade.
- 39 Das instituições abaixo, a que tem o objetivo reforçar as indústrias culturais (livros e publicações, cinema, música, multimídia, artesanato) nos países em desenvolvimento, de modo a criar mercados locais e promover o acesso a produtos locais nos mercados mundiais, além de fazer parte da Unesco, é a/o
- (A) AG – Aliança Global para a diversidade Cultural.
 - (B) ICOM – Conselho Internacional de Museus.
 - (C) OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual.
 - (D) CNUCED – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.
 - (E) OIT – Organização Internacional do trabalho.
- 40 Considere as afirmações abaixo à iluminação de cenário de espetáculo em ambiente fechado:
- I O ciclorama é constituído de luminárias retangulares cuja função é “inundar” de luz uma superfície vertical.
 - II O scoop é um dos mais simples equipamentos usados no teatro, consistindo de uma lâmpada (em geral, incandescente, para baixa potência ou halógena) colocada dentro de um refletor parabólico que tem por função principal prover uma inundação difusa de luz em uma grande área por meio de uma única fonte.
 - III Um refletor PAR pode ser utilizado com lâmpadas com espelho parabólico (*Parabolic Aluminized Reflector*) e permite dispersões de feixe de luz que podem iluminar uma grande área ou um pequeno espaço, dando o efeito do “Dedo de Deus”.
 - IV O refletor elipsoidal é encontrado em iluminação teatral e se caracteriza por propiciar um foco de luz bem definido.
 - V O projetor plano-convexo (PC) tem a função de evitar que os raios luminosos tenham uma incidência focalizada em determinado campo e que possam produzir variadas fontes luminosas.
 - VI O *borderlight* é um conjunto de lâmpadas compartimentadas em luminárias e serve para provocar o efeito do “banho de luz”.
- Estão corretas as afirmações
- (A) I, III, IV e V.
 - (B) I, II, V e VI.
 - (C) II, III e IV, somente.
 - (D) III, IV, V e VI.
 - (E) I, II, III, IV e VI.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 4.1 A Lei 12.485, conhecida como “Lei da TV por assinatura”, implementa mecanismos de defesa da produção audiovisual nacional por meio da obrigatoriedade de programação de conteúdos brasileiros nos canais de espaço qualificado e de canais brasileiros dentro de cada pacote ofertado ao assinante. O objetivo é incentivar uma nova dinâmica para produção e circulação de conteúdos audiovisuais produzidos no Brasil. Esses mecanismos estão expressos no item:
- (A) Os canais que exibem, predominantemente, filmes, séries e documentários têm obrigação de dedicar três horas semanais de sua programação à veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, sendo que no mínimo metade deverá ser produzida por produtora brasileira independente e os pacotes oferecidos aos consumidores devem incluir um canal de programadora brasileira para cada dois canais de programação estrangeira.
 - (B) Os canais que exibem, predominantemente, filmes, séries, animação e documentários passaram a ter a obrigação de dedicar três horas e trinta minutos semanais de seu horário nobre à veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, sendo que, no mínimo, metade deve ser produzida por produtora brasileira independente, e os pacotes oferecidos aos consumidores devem incluir um canal de programadora brasileira para cada três canais de programação estrangeira.
 - (C) Todos os canais têm obrigação de dedicar três horas e trinta minutos semanais de sua programação à veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, sendo que, no mínimo, metade deverá ser produzida por produtora brasileira independente e os pacotes oferecidos aos consumidores devem incluir um canal de programadora brasileira para cada três canais de programação estrangeira.
 - (D) Os canais jornalísticos e esportivos têm obrigação de dedicar três horas e trinta minutos semanais de sua programação à veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, sendo que no mínimo metade deverá ser produzida por produtora brasileira independente e os pacotes oferecidos aos consumidores devem incluir um canal de programadora brasileira para cada dois canais de programação estrangeira.
 - (E) Todos os canais têm obrigação de dedicar 35% de sua programação à veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiros, sendo que no mínimo metade deverá ser produzida por produtora brasileira independente e os pacotes oferecidos aos consumidores devem incluir um canal de programadora brasileira para cada dois canais de programação estrangeira.
- 4.2 O que caracteriza, para efeito de financiamento da programação de radiodifusão, a noção de “apoio cultural” segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é
- (A) a forma de patrocínio limitada à divulgação de mensagens institucionais de pessoa jurídica e objetivando custear transmissão de programação de rádio e televisão mediante divulgação de bens, produtos, preços, condições de pagamento, ofertas, vantagens e serviços explorados pelo patrocinador.
 - (B) a propaganda que não pretende aumentar os lucros de uma empresa, mas divulgar uma mensagem de cunho social, cultural ou cívico.
 - (C) a forma de patrocínio limitada à divulgação de mensagens institucionais para pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa específico, podendo divulgar serviços explorados pela pessoa natural ou jurídica patrocinadora.
 - (D) a forma de patrocínio limitada à divulgação de mensagens institucionais para pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa específico, desde que não propague bens, produtos, preços, condições de pagamento, ofertas, vantagens e serviços explorados pela pessoa natural ou jurídica patrocinadora.
 - (E) a mensagem emitida com o objetivo de difundir ideias, mercadorias, produtos ou serviços, por parte de um anunciante identificado, em troca de remuneração ou pagamento de qualquer espécie.
- 4.3 O percentual máximo que as emissoras de radiodifusão podem explorar com publicidade comercial em sua programação é
- (A) 20% de sua programação diária.
 - (B) 10% de sua programação diária.
 - (C) 50% de sua programação diária.
 - (D) 25% de sua programação diária.
 - (E) 5% de sua programação diária.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 44 O conceito de “espaço qualificado” serve de parâmetro para a regulamentação de vários dispositivos da Lei nº 12.485/2011, dentre os quais os que estabelecem a obrigatoriedade de exibição de programação nacional em espaço nobre da televisão por assinatura. Os canais que não são assim classificados estão totalmente livres, portanto, da obrigatoriedade de veiculação de conteúdos nacionais. Dentre os canais que não constituem “espaço qualificado” figuram
- (A) os canais que exibem, predominantemente, filmes, séries e documentários.
 - (B) os canais que exibem, predominantemente, programação jornalística e esportiva.
 - (C) os canais que exibem, predominantemente, documentários e programação jornalística.
 - (D) os canais que exibem, predominantemente, programação de “televentas”, conteúdo religioso e conteúdo infantil.
 - (E) os canais que exibem, predominantemente, programação esportiva e conteúdo infantil.
- 45 Das tarefas abaixo, a que pode ser executada tanto pelo profissional de comunicação como pelo profissional da produção cultural é
- (A) gerenciar o relacionamento entre uma pessoa, empresa, entidade ou órgão público e a imprensa.
 - (B) facilitar a relação entre o cliente e os veículos de comunicação.
 - (C) orientar seu assessorado sobre o que é e o que não é notícia e sobre os interesses das empresas de comunicação.
 - (D) explicar o funcionamento e as características da imprensa, como as peculiaridades de cada mídia.
 - (E) participar da definição de estratégias de comunicação.